

A PERMANÊNCIA DA METAFÍSICA, PELAS LENTES DE UM ANTROPÓLOGO

The Permanence of Metaphysics, as seen by an Anthropologist

METAFÍSICAS CANIBAIS

de Eduardo Viveiros de Castro. São Paulo: CosacNaify/N-1, 2015.

<http://dx.doi.org/10.25091/S01013300201600010011>

PEDRO PAULO PIMENTA

Desde sua publicação em meados de 2015, o livro de Eduardo Viveiros de Castro vem sendo comemorado por parte significativa da comunidade antropológica brasileira, e por boas razões. Trata-se de mais uma contribuição desse etnólogo à reflexão sobre o estatuto, o papel e a dimensão da antropologia como ciência social que não hesita em assumir também uma dimensão filosófica — vocação essa que muitos, inclusive este resenhista, consideram inerente a ela. É natural, portanto, que também os filósofos se posicionem diante do livro, de preferência sem aderir de antemão ao *projeto* em que ele se insere ou tampouco rechaçá-lo (só porque esse projeto se imiscui, sem pedir muita licença, nos domínios da filosofia). Desde o título, acertado e provocativo, este *Metafísicas canibais* tem tudo para alienar uma parcela do mundo acadêmico e cultural pouco afeita a irreverências com a filosofia (há uma razão para isso: volta e meia, ela é constrangida a se explicar, e mesmo a justificar a própria existência — por que filosofia? Por que filósofo? Pergunta que volta e meia se põe, como observava Rubens Rodrigues Torres Filho nos idos de 1974). O leque de referências filosóficas abundantemente mobilizadas por Viveiros de Castro, que relê a antropologia estrutural de Lévi-Strauss pelo crivo de Deleuze e Guattari, constitui outro fator, se não alienante, certamente divisor, dada a paixão com que o pensamento destes últimos, atualmente divulgado à exaustão no Brasil, é aceito/rejeitado por leitores que por ele se interessam (num fenômeno similar ao que ocorre com Foucault). Mas, se é verdade que não se pode julgar o livro pelo título, e muito menos pela bibliografia, então não resta dúvida de que a chegada da obra em língua portuguesa (o texto de base surgiu na França em 2009) deve ser comemorada como uma boa-nova, pois não há dúvida de que Viveiros de Castro merece ser lido por todos aqueles que tomam a peito a filosofia e que,

nessa condição, certamente receberão a obra criticamente — atitude que, se não me engano, ela mesma reclama de seu leitor.

A primeira coisa que observo é que *Metafísicas canibais* é um livro original não somente pelas teses que expõe, ou, melhor dizendo, que *costura*, como também pelo modo como as enuncia. O estilo de Viveiros de Castro é vivamente coloquial, sem nunca se tornar prosaico. O tom de sua voz, pessoal desde as primeiras páginas, não raro inusitadamente confessional, põe o leitor em contato direto com a inteligência do autor, marcada pelo raciocínio rápido, a virada engenhosa, o arremate inesperado, a ironia por vezes sarcástica, nunca desmesurada. Tudo isso, percebe-se logo, é estritamente necessário para a encenação de um balé arriscado, em que a antropologia estrutural e a filosofia contemporânea são os protagonistas. Seria impreciso referir-se à relação entre elas, tal como concebida por Viveiros de Castro, como um diálogo ou interlocução — situação demasiadamente relacionada ao logos que o autor quer descentrar. Trata-se antes de choque, fricção, desencontro, conflito e outras situações próximas do desacerto e da incompreensão, estratégia que as hábeis mãos do encenador julgam a mais conveniente para alargar as perspectivas da filosofia ao mesmo tempo que reforça a posição da antropologia como ciência com ambições filosóficas. Um clima de tensão, que resulta dessa abordagem, perpassa as páginas do livro e garante — o que não é pouco, em se tratando de uma obra com elevadas pretensões teóricas e extensas digressões conceituais — que o interesse do leitor se mantenha o mesmo, do início ao fim.

Uma das evidências de que estamos diante de um discípulo autêntico e original de Lévi-Strauss é a adoção por Viveiros de Castro de um viés bem determinado, que pauta os diferentes estudos que compõem este *Metafísicas canibais*, e que poderíamos descrever como um *pendor*, que se mostra, nas mais densas análises teóricas, para conclusões com consequências vultosas. Efeito notável, que infunde o texto com a promessa de que, atravessadas as páginas mais áridas de teoria propriamente dita, chegar-se-á por fim a um resultado de monta, que diz respeito a muito mais do que a teoria mesma que levou a ele. No caso de Lévi-Strauss, a dissolução da filosofia na etnologia, movimento coerente, que as *Mitológicas* finalmente executam, com as indicações e esquemas legados ao estruturalismo por Rousseau; no caso de Viveiros de Castro, a absorção mútua de certa filosofia (a de Deleuze e Guattari, mas também a de um Latour) e da única antropologia que no fundo lhe importa, justamente essa que Lévi-Strauss inventou, ao levar a sério as injunções lançadas por Rousseau à razão ocidental. Aqui e ali, trata-se em alguma medida da reforma (ou mesmo da sorte) de um saber ancestral, que, como se sabe, se encontra em plena crise desde o início do século XIX: a própria filosofia. A exemplo de Lévi-Strauss, Viveiros de Castro saboreia a ironia de que justamente um herdeiro dessa mes-

ma filosofia — o antropólogo, logo ele, filho da Ilustração — venha a propor algo como uma reformulação da metafísica, essa “ciência” há muito combatida e desacreditada, porém resistente. É uma ideia irônica, mas que nenhum deles considera despropositada. Com efeito, a filosofia se encontra, tanto para Viveiros de Castro quanto para Lévi-Strauss, no banco dos réus — ou, melhor seria dizer, no leito de morte, tendo caducado em virtude de suas próprias deficiências e limitações (basicamente de perspectiva) e da arrogância que por séculos a fio a levou a ignorá-las. Daí a aliança com Deleuze e Guattari, que se inscrevem num horizonte de reflexão pós-metafísica. É o pano de fundo a partir do qual desponta o conceito central de toda a obra de Viveiros de Castro, ou pelo menos deste livro e do que o precedeu, *A inconstância da alma selvagem*: o perspectivismo. Um modo de simplificar ao extremo e mesmo banalizar *Metafísicas canibais* seria dizer que é uma obra de fundamentação filosófico-antropológica do perspectivismo, com vistas a assentar essa nova teoria no centro das reflexões teóricas e métodos de estudo, em campo e no gabinete, adotados pelos estudiosos simpáticos à antropologia estrutural. E mais. Uma vez adotado esse programa, sugere-se, a nova antropologia não somente prescindirá dos serviços dos antigos funcionários do logos como poderá reclamar para si as prerrogativas que um dia couberam a estes, desde Platão. Em suma, teríamos uma ciência que faz algo de fato singular: propõe uma visão de mundo, completa e abrangente. E o faz num movimento dos mais interessantes: a morte da filosofia como evento que traz o renascimento da metafísica, no seio da antropologia.

Sabidamente, o autor se recusa a rebaixar sua empreitada a um inquérito, como se a “história da filosofia” pudesse ser acessada, de repente, sem mais, a partir de um ponto de vista exterior que reduzisse a quase nada as aventuras da razão (e não só dela: entre suas acompanhantes, não esqueçamos aqui a imaginação, tão louvada pelos filósofos que envolveram o advento do saber etnológico). A insuficiência da filosofia, tal como diagnosticada pelo pós-estruturalismo (se me permitem o termo), não será identificada por nenhuma leitura rápida, com nenhum recurso aos antigos manuais que nos brindavam com a triunfante marcha da razão rumo a sua efetivação completa. Ao contrário, e pode-se dizer que quanto a isso Viveiros de Castro se coloca mesmo numa posição privilegiada, em relação àquela de Lévi-Strauss. Enquanto este, em meio a rompanças contra os filósofos, não conseguiu jamais apagar a impressão de que no fundo era um deles (e dos mais raros: um discípulo de Rousseau, talvez o único depois de Kant), nosso autor se dirige à filosofia como quem busca por uma aliada, ciente de que o título desse saber, e daquele que o pratica (filósofo), é um nome geral que recobre muitas ideias particulares, cada uma delas com suas nuances e sutilezas, algumas mais próximas de seus propósitos, outras que, de tão alheias a eles, podem

simplesmente ser *ignoradas*. É uma estratégia inteligente, que contribui muito para o vigor dos argumentos expostos. (E representa um passo importante em relação a *A inconstância da alma selvagem*, onde o peremptório acerto de contas com alguns clássicos da filosofia era feito com um misto de má vontade e simplificação — Hume um herdeiro da reforma luterana, Kant, obscuro, porém conveniente etc.)

Para compreender *Metafísicas canibais* e saboreá-lo não é preciso, porém, concordar com esse diagnóstico, apenas embarcar com o autor em sua aventura intelectual, sem necessariamente se comprometer com ela (em sã consciência, ninguém lê Descartes ou Hegel em busca da verdade, mas, via de regra, porque são autores interessantes). É então que surge a questão de saber que sentimentos o livro estaria apto a despertar num leitor oriundo da filosofia que se interessa pela exposição como testemunho de uma vigorosa empreitada intelectual. Tudo depende, é claro, da formação de cada um, de suas leituras, dos filósofos que se está acostumado a *frequentar*, por assim dizer. Os leitores acostumados à filosofia surgida na França em fins dos anos 1950 não terão dificuldade em extrair muito proveito das páginas de Viveiros de Castro, pois é efetivamente com essa tradição que ele dialoga, inclusive no terreno da antropologia — se pensarmos que em 1966 Foucault encerra *As palavras e as coisas* saudando a etnologia de Lévi-Strauss como uma das formas legítimas do saber filosófico de nosso tempo (pois o tempo de então é também, em larga medida, o nosso). Mas é claro que nem todos os filósofos são herdeiros de Foucault. E questões inusitadas podem surgir, a partir de uma posição mais distante em relação a tudo isso.

Por exemplo, um leitor de Kant (como este resenhista) poderia observar, já no próprio título do livro, a filiação do *projeto* de Viveiros de Castro a uma tradição especificamente moderna, que consiste na elevação, a objeto de reflexão filosófica, de um tema raramente estudado antes do século XVIII, e em todo caso tido como de importância marginal: a curiosa *permanência* da metafísica, a despeito de todos os ataques e contestações sofridos por essa pretensa ciência — ou por esse saber, se quisermos simplificar as coisas. É um tema fascinante: outrora “rainha de todas as ciências”, ela se vê contestada, declara a *Crítica da razão pura*, por todas as partes. Mas mesmo os céticos, que a rechaçam com mais contundência, concedem a ela algum valor, que seja relativo à configuração *específica* da razão humana, e logo lhe concedem uma perenidade. É claro que o título cunhado por Viveiros de Castro tem um forte sabor irônico, mas nem por isso é menos sério. Em suas lições no Collège de France, Lévi-Strauss advertia: o canibalismo, estritamente falando, não existe como instituição social. O que seriam então essas “metafísicas canibais”? Precisamente isto, eu arrisco dizer: sistemas de leitura e interpretação, que surgem não da cogitação do indivíduo a respeito do mundo, mas do lugar mesmo que ele ocupa em relação a outros indi-

víduos, na trama das relações que perfazem isso que por conveniência se chama de mundo, natureza, totalidade, cosmos, gaia etc. Muito se discutiu, na época moderna, acerca dos limites da razão e da possibilidade ou impossibilidade da metafísica como ciência; mas, como alerta Kant, haverá metafísica enquanto houver relação e enquanto essas relações forem concomitantes a ações — ou seja, haverá metafísica enquanto houver seres (não necessariamente humanos) que atuam em consequência de necessidades sentidas, sejam elas transcendentais (Kant), sejam empíricas (Condillac, Rousseau). A esse respeito, cabe lembrar a lição de Lebrun, intérprete de Kant: pode-se esperar pelo fim da metafísica *como ciência*, mas seria uma grande tolice aguardar por sua dissolução como instinto próprio, resultante do fato de que o homem é uma espécie de animal que cogita e pensa abstratamente; logo, sempre haverá uma metafísica, como presença surda e incontornável na constituição de todo e qualquer pensamento ou saber positivo — seja ele abstrato ou civilizado, seja concreto ou selvagem (Lévi-Strauss), seja ainda, como sugere Viveiros de Castro (na trilha de um Iluminismo expandido), animal, vegetal, pós-humano etc. Não custa muito, assim, à antropologia estrutural reiterar algo que o século XVIII apenas esboçara: a equivalência entre esses múltiplos sistemas, quanto ao valor da interpretação que eles sugerem (e cada um deles sugere sua própria interpretação como única, verdadeira e necessária, ainda que restrita a um só evento ou fenômeno: logo, como relativa a quem interpreta). Que se afirme a existência de classes reais na natureza; que estas sejam reduzidas a uma síntese da imaginação, que sejam elevadas a princípios transcendentais, dissolvidas e anuladas pela perspectiva de um indivíduo qualquer — em todo caso, articula-se uma visada sobre indivíduos e relações, e é prudente deixar em suspenso qual delas deve ter prioridade ou se seriam mesmo excludentes.

Com isso, *Metafísicas canibais* reforça o convite, que já fora feito indiretamente pelo autor em *A inconstância da alma selvagem* e diretamente em conferências (que eu saiba, não publicadas por escrito) para que os filósofos sejam lidos do mesmo modo como quem se encontra diante da enunciação de uma concepção de mundo essencialmente alheia ao senso comum (teórico ou não) de cada um — experiência com que o etnógrafo/etnólogo se depara o tempo inteiro, se estiver aberto ao que a experiência, direta ou indireta, tem a lhe oferecer. Assim como seria uma perda de tempo deslocar-se até o Alto Xingu ou a Itanhaém apenas para reforçar o que os manuais de outrora e de hoje dizem sobre “povos primitivos”, de que valeria abrir as páginas de um Espinosa ou de um Aristóteles, se é apenas para confirmar o que cada um tem na cabeça e toma como verdades intocáveis a respeito do que é relevante ou não para o atual debate filosófico? É preciso conceder a um filósofo *que parece falar e pensar como nós*, e que *parecemos compreender*, a possibilidade

de que aquilo que ele diz seja uma articulação estranha, de verdades cujas implicações nos escapam, que, para ser compreendidas, exigiriam realmente algo como um *descentramento* de nossa razão, uma abertura tal que levasse a considerar cada sistema filosófico como a expressão de uma singularidade completa quanto ao modo de pensar. É preciso, em suma, que a ideia de uma *razão ocidental* seja posta em suspenso, para que a filosofia associada a essa alcunha venha a ressurgir em todo o seu esplendor e riqueza. Aceita essa premissa, na verdade bastante sensata, e silenciosamente em operação na melhor historiografia filosófica (como a de um Deleuze ou de um Lebrun, como nas leituras de um Foucault), fica difícil falar, sem mais, em logos e em *razão ocidental*. Por mais que os filósofos da tradição compartilhem de certos pressupostos, seriam estes suficientes, como se costuma pensar, para sustentar a unidade dessa entidade rarefeita, a razão ocidental, diante do peso e da força das singularidades de cada um? Pensamento selvagem ou pensamentos selvagens? Daí a pertinência do título escolhido por Viveiros de Castro, que fala em *metafísicas*, não em *metafísica*: se é verdade que esta *morreu*, com a revolução kantiana ou com a Revolução Francesa, pouco importa aqui, sua posteridade é igualmente irrecusável. Encontram-se metafísicas por toda parte — das ciências da natureza às da linguagem, da medicina à economia, da história à política e, é claro, em toda filosofia que se preze (mesmo nas pós-metafísicas, que pretendem atravessar a antiga ciência). Com as ciências humanas não é diferente, e uma lição silenciosa de *Metafísicas canibais* é esta: basta que se ignore ou, pior, se faça pouco da presença de uma metafísica num saber positivo qualquer para que este adquira, inadvertidamente, as feições de uma metafísica única, centralizada, pronta para suprimir a pluralidade de saberes, possíveis e existentes, às voltas com as condições de possibilidade de sua efetivação como saberes.

A sugestão que se depreende da leitura de Viveiros de Castro para a compreensão da reflexão filosófica em relação com a historicidade da própria filosofia é tão mais pertinente quando se pensa que o próprio Deleuze, cuja obra perpassa as páginas desse livro, foi antes de tudo um exímio leitor de Hume (1953), Nietzsche (1962), Kant (1963), Espinosa (1968) e Leibniz (1986). Essa série de livros pode inclusive ser vista como uma espécie de mitologia filosófica do autor, teia de referências sobre a qual repousa sua própria reflexão — ela mesma, mais um capítulo das mitológicas filosóficas que vislumbrei aqui, a partir de *Metafísicas canibais*. Em vista disso, uma frustração que o leitor de cabeça filosófica poderá eventualmente experimentar ao percorrer as páginas de *Metafísicas canibais* é a relutância mostrada pelo autor sempre que tem diante de si a possibilidade de explorar as sendas percorridas por Deleuze em sua historiografia (indissociável de sua filosofia). É o caso, por exemplo, de uma sugestão feita por

Viveiros de Castro, porém não explorada, de que o perspectivismo teria afinidades com a monadologia de Leibniz. Parece indubitável que, se uma abertura como essa fosse aproveitada, o livro seria bastante diferente, embora não necessariamente melhor. Em todo caso, fica a tentação de pensar o que seria esse *outro livro*, que um leitor entusiasmado de Leibniz (ou de Borges) poderia inclusive supor como realmente existente — correlato metafísico, determinação complementar da mônada que é o *Metafísicas canibais* que temos diante de nós. (Seria esse livro aquele a que o autor se refere nas páginas iniciais — o anti-Narciso?) A etnologia de Viveiros de Castro, ousada e sugestiva, deixa assim no leitor a impressão de ser um pensamento que se estrutura à maneira do organismo leibniziano — totalidade encerrada em si mesma, máquina vital cujas partes remetem a determinações infinitas de uma substância una (cujo equivalente, no plano da exegese crítica, seria a tradição antropológico-filosófica, em constante evolução, que serve de pano de fundo ao autor).

Como toda mônada, essa se encerra em si mesma no mesmo movimento em que se abre para outras, e o leitor de filosofia tirará proveito do modo como Viveiros de Castro se posiciona em relação à tradição estruturalista e seus desdobramentos; e quem sabe se, estimulado por esse embate, não mergulhará (ou se perderá?) nos escritos de Clastres, Descola, Ingold, Sahlin, Strathern, Wagner e tantos outros que aí comparecem — incluindo, evidentemente, o saber dos “povos da selva”. É um enfrentamento estimulante, conduzido por um pensador que se põe à altura de uma corrente de pensamento para a qual sua própria obra vem contribuindo, pelo menos desde *Araweté: os deuses canibais* (1986). Sem mencionar que é impossível não retornar, ainda uma vez, ao Lévi-Strauss de *Opensamento selvagem* e das *Mitológicas* — ponto de partida e de retorno de Viveiros de Castro, em sua etnografia bem como em sua própria “metafísica” (aqui já com as devidas aspas). Essa (re)descoberta de fontes poderá inclusive reforçar esta indagação, a que a leitura do livro progressivamente dá corpo: e quanto aos limites dessa metafísica tão singular, que, na pena de Viveiros de Castro, pretende contestar a metafísica clássica? Não estariam eles na articulação discursiva, na formulação dos conceitos, na leitura e interpretação das fontes, orais, escritas, simbólicas — enfim, numa certa presença, talvez incontornável, daquela racionalidade que tanto incomoda e que se pretende superar? Se essa indagação tiver sentido, o livro de Viveiros de Castro se mostrará também, entre muitas outras coisas, como uma confirmação da atualidade de Kant e de Nietzsche. E, nessa exata medida, poderá ser inscrito numa mitologia que, felizmente para todos nós, não parece dar sinais de esgotamento.

Recebido para publicação
em 28 de setembro de 2015.

Aprovado para publicação
em 8 de janeiro de 2016.

NOVOS ESTUDOS

CEBRAP

104, março 2016

pp. 211-217

PEDRO PAULO PIMENTA é professor do Departamento de Filosofia da USP.